

8ª Reunião do CO-SNIG

11 de dezembro de 2014

Agenda

1. Intervenção do Senhor SEOTCN
2. Intervenção do Senhor DG da DGT
3. Aprovação da agenda
4. Informações
5. Relação entre SNIG e iGEO
6. Lançamento de uma visão colaborativa para o SNIG: SNIG2020
7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG
8. Caracterização da política de dados de base geográfica na Administração Pública: definição de um roadmap
9. Conclusões

4. Informações



Promover a articulação entre decisores políticos, fornecedores de tecnologia e utilizadores e produtores de informação geográfica

INSPIRE – apresentação e discussão dos últimos desenvolvimentos da diretiva, abordando questões de política comum, aplicações e implementações de infraestruturas de dados espaciais (IDE)

Geospatial World Forum – divulgação e discussão de experiências, atividades e programas de produção e utilização de informação geográfica.

4. Informações



Data limite para apresentação de resumos de comunicações e de propostas de workshops

1 de janeiro de 2015

*Consciente da importância da conferência e das dificuldades orçamentais a DGT negociou e conseguiu com sucesso condições especiais para participação dos trabalhadores dos **organismos da administração pública destinatários deste convite**, que poderão participar de forma **gratuita** na conferência **desde que apresentem comunicações orais ou organizem workshops**, com o objetivo de mostrar os mais recentes desenvolvimentos nas áreas da informação geográfica e de IDEs em Portugal.*

Email do DG da DGT, Prof. Rui Alves, de 3 de dez. 2014

4. Informações



Mentes Criativas

Concurso de ideias para o desenvolvimento de uma aplicação para sistemas móveis

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA

3.1 - Podem participar no concurso todas as pessoas coletivas ou singulares, maiores de 18 anos e residentes em Portugal.

Data limite: 28 de fevereiro de 2015

10.1. - Serão atribuídos pela FLAD os seguintes prémios às App vencedoras:

- 1.º Prémio: 4.000 USD;
- 2.º Prémio: 2.500 USD;
- 3.º Prémio: 1.000 USD.

4. Informações

Alteração do DL 180/2009

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 180/2009

de 7 de Agosto

- **Direção-Geral do Território (DGT)** IGP + DGTDU
- **Agência Portuguesa do Ambiente (APA)** APA + INAG
- **Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP)**
- **Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF)** AFN + ICNB
- **Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)**
- **Instituto Geográfico do Exército (IGeoE)**
- **Instituto Hidrográfico (IH)**
- **Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE)**
- **Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)**

4. Informações

Alteração do DL 180/2009

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 180/2009

de 7 de Agosto

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional (DGADR)
- Serviço regional responsável pelas atividades de cartografia e de informação geográfica na Região Autónoma da Madeira (RAM) – Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente;
- Serviço regional responsável pelas atividades de cartografia e de informação geográfica na Região Autónoma dos Açores (RAA) – Secretaria Regional de Turismo e Transporte .

4. Informações

Alteração do DL 180/2009

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 180/2009

de 7 de Agosto

... Por convite do presidente do Conselho de Orientação do SNIG ... podem ainda participar no Conselho...outras entidades de reconhecido mérito

- Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA)
- Comissões de Coordenação e de Desenvolvimento Regional (CCDRs)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC)

4. Informações

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 180/2009

de 7 de Agosto



INSPIRE Evaluation: Summary of findings for EU Member States

Assessing data and services metadata
resources through direct observations



SPATIAL APPLICATIONS DIVISION
K.U. LEUVEN RESEARCH & DEVELOPMENT
Celestijnenlaan 200 E, BE-3001 LEUVEN
TEL.: 32 16 32 97 32 FAX: 32 16 32 97 24
URL: <http://www.sadl.kuleuven.be>



SPATIAL APPLICATIONS DIVISION K.U. LEUVEN RESEARCH & DEVELOPMENT

Celestijnenlaan 200 E, BE-3001 LEUVEN
TEL.: 32 16 32 97 32 FAX: 32 16 32 97 24
URL: <http://www.sadl.kuleuven.be>



EEA Technical report | No 17/2014
Report EUR 91374 EN

Mid-term evaluation report on INSPIRE implementation

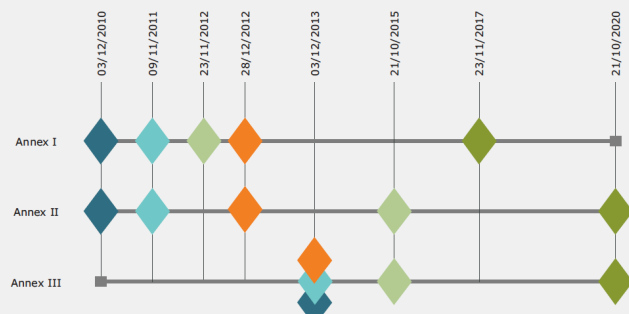
Joint EEA-JRC report

ISSN 1725-2237



European Environment Agency

INSPIRE implementation roadmap



Joint EEA-JRC report

- Legal Transposition
- Coordination
- Implementing Rules
 - Metadata
 - Network services
 - Data interoperability
 - Data sharing
 - Monitoring and Reporting
- Use of the Infrastructure
- Cost and Benefits

4. Informações



Grupo criado por deliberação do Conselho de Ministros em novembro de 2013 para promover a utilização de imagens de satélite na Administração Pública

Utilização atual de imagens de satélite e informação derivada nos **organismos do GTOT**

T2 - Produtos e atividades

T3 - Projetos de II&D&I

T4 - Recursos humanos

T7 - Mapeamento de competências nacionais em processamento digital de imagens de satélite (**empresas, academia, institutos de investigação e institutos públicos**)

T5- Satélite e serviços do programa Copernicus

T6 - Atividades e competências dos organismos do GTOT que podem beneficiar da utilização de imagens de satélite e informação derivada

T8 – Análise SWOT da utilização de imagens de satélite e informação derivada na Administração Pública



T9 – Plano de Ação para promover a utilização de imagens de satélite e informação derivada na Administração pública

para a Exploração do Programa Copernicus 2014-2020

The image displays a grid of 24 pages from a technical manual, arranged in 4 rows and 6 columns. The pages are numbered 10 through 33. The content is as follows:

- Page 10:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 11:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 12:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 13:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 14:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 15:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 16:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 17:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 18:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 19:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 20:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 21:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 22:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 23:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 24:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 25:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 26:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 27:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 28:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 29:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 30:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 31:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 32:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.
- Page 33:** Contains a table with 4 columns and 10 rows, likely a specification table.

Proposta de Resolução de Conselho de Ministros

- Aprova o PA-Copernicus
- Promove a cooperação interinstitucional e de partilha entre as entidades da AP
- Define o esquema de governança (GIOT, Coordenador executivo, Coordenadores das plataformas)
- Define 5 áreas estratégicas para o PA-Copernicus
- Define objetivos, atividades, calendarização, indicadores de execução, fontes possíveis de investimento

5. Relação entre SNIG e iGEO



Decreto-Lei n.º 180/2009

de 7 de Agosto

(art.º 1º, num. 1) - O Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) é uma infraestrutura de âmbito nacional, com funcionamento em rede, que tem por objectivo proporcionar o acesso aos metadados e a conjuntos e serviços de dados geográficos produzidos ou mantidos pelas autoridades públicas ou por sua conta.

5. Relação entre SNIG e iGEO



O portal iGEO é uma plataforma de disponibilização de informação geográfica produzida quer por entidades da AP quer por empresas, ONGs ou o próprio cidadão.

O portal disponibiliza informação através de serviços de dados geográficos e que seja **pelo menos gratuita para a AP e academia.**

No caso de serviços com custos para as empresas, o utilizador é direcionado para as páginas das entidades produtoras ou detentoras desses dados.

O acesso a serviços de dados do iGEO deve ser **fácil** e baseado em **interfaces amigáveis**

O iGEO está em linha com o DL 180/2009 no que respeita à partilha de conjuntos e serviços de dados geográficos entre autoridades públicas (art.º 21º)

5. Relação entre SNIG e iGEO



O **portal iGEO** pode ser considerado como um **complemento do portal do SNIG**, disponibilizando um conjunto de dados e de serviços sem custos, pelo menos para a administração pública e academia, através de um acesso fácil e amigável.

O iGEO passará a ser discutido no CO-SNIG

Atualmente o iGEO disponibiliza informação das entidades tuteladas pela SEOTCN (DGT, ICNF, IRHU) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A médio-prazo pretende-se que o portal iGEO disponibilize a informação geográfica de toda a AP considerada de relevo para a própria AP, ONGs, empresas e cidadãos.

5. Relação entre SNIG e iGEO



Carregamento de informação

- (11) Carregamento do iGEO com os serviços dos dados DGT;
- (12) Definir uma estratégia para introduzir no portal iGEO serviços de informação geográfica de outras entidades da AP, ONGs (e.g. info sobre aves da SPEA) e cidadão. Sub-tarefas:
 - (a) Comunicar às entidades que têm serviços de acesso livre pelo menos para a AP e academia publicados no SNIG que a DGT se disponibiliza para os referenciar no portal iGEO;
 - (b) Carregar os serviços da AP de acesso livre para a AP no iGEO;
 - (c) Identificar a informação de relevo para a AP produzida por entidades da AP (incluindo entidades relacionadas com saúde), empresas, ONGs (e.g. info sobre aves da SPEA) e cidadãos, ainda não registada no SNIG.

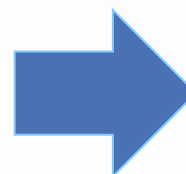
6. SNIG 2020



25



2014



2020

Decreto-Lei n.º 53/90
de 13 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 180/2009
de 7 de Agosto

5



Avaliação da implementação
do DL 180/2009

SNIG
2020

6. SNIG 2020

Avaliação da implementação do DL 53/1990 e do DL 180/2009

Capitalizar as forças

Mitigar as fraquezas

Aproveitar as oportunidades

Minimizar os riscos



FORÇAS	FRAQUEZAS
1. PATRIMÓNIO DE EXISTÊNCIA – existência longa do sistema, com reconhecimento internacional e com uma história na interacção com as instituições e comunidade de IG que esperam que o SNIG continue a ter um papel relevante no domínio da IG; 2. INSPIRE: <ul style="list-style-type: none">- Articulação das entidades responsáveis;- Função de Portal de acesso INSPIRE;- Identificação de responsabilidades nacionais de IG;- Identificação dos CDG dos temas;- Quadro legal do SNIG reforçado; 3. CO-SNIG: ambicionando uma coordenação participada e definição de estratégias; 4. ORGANIZAÇÃO: Redes de pontos de contacto institucionais gerais e específicas; 5. METADADOS: Conhecimento/Descrição da informação geográfica nacional; 6. NORMAS E ESPECIFICAÇÕES: no caminho da interoperabilidade; 7. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA: <u>geoportal</u> , editor de metadados, visualizador, monitorização da IDE, com algumas componentes desenvolvidas em open <u>source</u> ;	1. INEXISTÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA clara a vários níveis; 2. NECESSIDADE DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO (dados abertos); 3. REDUZIDO ENVOLVIMENTO E DINAMIZAÇÃO DAS ENTIDADES DA REDE; 4. REDUZIDO Nº DE INSTITUIÇÕES a registar dados; 5. RECURSOS HUMANOS: Reduzida dimensão da equipa afecta à coordenação e desenvolvimento do SNIG (na DGT); e das equipas nas instituições dos nós, muitas vezes inexistentes ou dispersas por muitas outras actividades; 6. RECURSOS HUMANOS ESPECIALIZADOS: Falta de recursos informáticos internos para melhorar e desenvolver a plataforma actual; 7. RECURSOS FINANCEIROS escassos para capacitar as instituições da rede; 8. REDUZIDO Nº DE DADOS COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO E ACESSO DIRECTO (e não apenas aos metadados); 9. NÍVEL DE PROXIMIDADE COM O UTILIZADOR reduzido; 10. REDUZIDO Nº DE AÇÕES DE FORMAÇÃO dos técnicos dos nós da rede (incluindo o nó central); 11. NÃO FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS TEMÁTICOS.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1. DINAMIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO CO-SNIG maior envolvimento das instituições que dele fazem parte; 2. INSPIRE A) <ul style="list-style-type: none">- Envolvimento em projectos Europeus;- Partilha de conhecimento e experiências com as equipas dos outros EM;- Desenvolvimentos em harmonização de dados geográficos (estratégias, metodologias, processos e ferramentas);- Desenvolvimentos tecnológicos;- Melhorar os procedimentos no âmbito da coordenação, gestão e desenvolvimento da IDE Nacional e das outras;- Monitorização da implementação da Directiva. B) Consideração de que o SNIG tem um papel relevante como motor na implementação da Directiva; C) Ligação com as universidades e centros de investigação; 3. DINAMISMO DAS IDE REGIONAIS E TEMÁTICAS (e.g. partilha de know-how, disseminação de IG, produção de metadados- GEMA – editor de Metadados dos Açores); 4. EXPERIÊNCIA E CONSCIENTIZAÇÃO CRESCENTE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (aplicação das normas, harmonização dos dados, produção de meta-informação e dados abertos); 5. IGEO em articulação como o SNIG; 6. OBTENÇÃO DE FEED-BACK DOS UTILIZADORES; 7. ACESSO A VERBAS para recursos internos, formação, desenvolvimento.	1. FALTA DE RECONHECIMENTO ACTUAL PELA COMUNIDADE DE IG; 2. CORTES NOS FINANCIAMENTOS – afectando muitas das componentes referidas; 3. CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS INSTITUIÇÕES em termos de produção e actualização da IG e de adaptação dos actuais processos de produção de informação; 4. POLÍTICAS DE PREÇOS PRATICADAS PARA A CEDÊNCIA DA INFORMAÇÃO; 5. INCAPACIDADE DE INVESTIMENTO NACIONAL para tirar partido de potenciais programas de financiamento no domínio das IDE e de produção de IG; 6. PROGRESSIVA DIMINUIÇÃO DO NÚMERO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DOS RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.



6. SNIG 2020

Decreto-Lei n.º 53/90
de 13 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 180/2009
de 7 de Agosto

Qualquer desenvolvimento futuro do SNIG terá que ter em conta tudo o que já se atingiu

- Sistema organizacional (e.g. CO-SNIG, redes de pontos de contato institucionais gerais e específicas)
- Infraestrutura tecnológica (e.g. geoportal, editor de metadados, visualizador),
- Metadados,
- Normas e especificações conducentes à interoperabilidade de dados e serviços.

O passado mostra que a implementação da diretiva INSPIRE é mais eficiente se recorrer a processos colaborativos

RPF INSPIRE, RPF CORE, GM, GT M&R-CO-SNIG,
GTs Temáticos e GT Transversal

CO
SNIG

Dinamizar

RE
DES

Participar

6. SNIG 2020

Decreto-Lei n.º 180/2009

de 7 de Agosto

Artigo 5.º

Conselho de Orientação do SNIG

*2 (art. 4º) — A **coordenação estratégica** do SNIG é assegurada por um Conselho de Orientação do SNIG.*

*1 (art.º 5º)— **Compete** ao Conselho de Orientação do SNIG:*

- a) Aprovar as orientações estratégicas e os objectivos gerais do SNIG;*
- b) Zelar para que se conceda às autoridades públicas a possibilidade técnica de cruzar os seus conjuntos e serviços de dados geográficos na Internet;*
- c) Promover a boa articulação entre os membros da rede do SNIG, apreciar e pronunciar -se sobre eventuais situações de divergência de interesses;*
- d) Aprovar a programação dos trabalhos que permitam a constituição e operacionalidade efetiva do SNIG, bem como os correspondentes planos de financiamento e a participação de cada serviço integrado nos custos;*
- e) Dar parecer sobre as normas técnicas nacionais em matéria de informação geográfica;*
- f) Dar parecer sobre a fixação das taxas pela partilha de dados propostas pelas autoridades públicas envolvidas;*
- g) Emitir os pareceres que lhe sejam solicitados no âmbito do presente decreto -lei.*

6. SNIG 2020: uma IDE participada

Uma IDE orientada para resultados

Uma IDE que dê cumprimento ao DL 180/2009

Uma IDE que dê respostas às exigências e boas práticas da diretiva INSPIRE

Uma IDE que vá de encontro às expectativas da Administração Pública, empresas e cidadãos

Uma IDE orientada para o cidadão e para o serviço público

Uma IDE articulada com IDE temáticas, regionais e locais

Uma IDE com dados/informação e não apenas com metadados

Uma IDE com uma política de dados que facilite o acesso a informação geográfica

Uma IDE dinâmica – uma IDE que cresça, que se modernize e que se adapte

Uma IDE com a participação da academia e dos centros de investigação

Uma IDE que catalogue e permita o acesso a informação geográfica voluntária (VGI)

6. SNIG 2020

**SNIG
2020**

**Uma infraestrutura espacial
de dados participada**

2020 INSPIRE – metas finais INSPIRE em 2020

Um ciclo da direção - 2020 – 2014/15 + 5 anos

Financiamento: Acordo de Parceria – Portugal 2020

Programas e iniciativas emblemáticas, e.g. Europa 2020, Horizonte 2020

6. SNIG 2020

Proposta de um *roadmap*

Consulta pública

Para definição de um posicionamento estratégico

Electrónica Questionários (quem utiliza o SNIG, quem não utiliza, para quê, que expectativas)

Presencial *bluesky thinking, unconference (bottom-up)*

Visão estratégica SNIG 2020

CO
SNIG

Consulta pública

Electrónica Consulta à visão SNIG 2020

Visão estratégica SNIG 2020

Plano de Ação SNIG 2020

CO
SNIG

Avaliação intercalar

CO
SNIG

Avaliação final da implementação

CO
SNIG

Equipa de
Redação

Equipa de
Redação

CO
SNIG

Administração Pública
(CO-SNIG)
Empresas
Academia

Dez
2015

Jun
2016

Jun
2019

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG

É hoje amplamente reconhecido que as políticas de dados abertos facilitam a utilização efetiva dos dados, contribuem para tomadas de decisão baseadas em conhecimento e promovem o crescimento económico, ambiental e social dos países que as implementam.

O DL 180/2009 promove a disponibilização sem custos de informação geográfica entre entidades da AP

Porque é que nem todas as entidades da AP disponibilizam a informação que produzem sem custos?

Urge a inventariação das políticas de dados de base geográfica na AP.

Para se avaliar o impacto da implementação de uma política aberta de dados de base geográfica importa quantificar as receitas

O objetivo último é compreender os obstáculos à implementação de uma política de dados abertos (tal como sugerida pelo DL 180/2009) para que possam depois ser contornados

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG

(Art.º 21º do DL 180/2009) Partilha de conjuntos e serviços de dados geográficos entre autoridades públicas

- 1 — As autoridades públicas referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º devem partilhar os conjuntos e serviços de dados geográficos abrangidos pelo estipulado no n.º 2 do artigo 2.º numa base de reciprocidade e sem custos, através de protocolos celebrados entre elas ou de acordos estabelecidos no âmbito do Conselho de Orientação do SNIG.
- 2 — Não podem ser colocadas restrições susceptíveis de criar obstáculos à utilização e à partilha entre autoridades públicas de conjuntos e serviços de dados geográficos.
- 3 — Excepcionalmente, as autoridades públicas que fornecem conjuntos e serviços de dados geográficos podem conceder licenças de exploração dos mesmos e podem exigir o pagamento de preço correspondente às autoridades públicas ou instituições ou órgãos da Comunidade Europeia que utilizem tais conjuntos e serviços.
- 4 — Os preços e as licenças referidos no número anterior devem ser inteiramente compatíveis com o objectivo geral de facilitar a partilha de conjuntos e serviços de dados geográficos entre autoridades públicas.
- 5 — O valor dos referidos preços deve corresponder ao mínimo necessário para assegurar a qualidade e o fornecimento de conjuntos e serviços de dados geográficos com uma rendibilidade razoável, respeitando embora, se for caso disso, as necessidades de auto-financiamento das autoridades públicas que os fornecem.
- 6 — A fixação das taxas é sujeita a parecer obrigatório do Conselho de Orientação do SNIG.

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG

Apresentação das políticas de dados das instituições do CO-SNIG

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG



7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG

A DGT disponibiliza dados geográficos abertos:

à sociedade,
à administração pública,
à academia.

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG

Exemplos de produtos disponibilizados gratuitamente:

Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)

Série Cartográfica Nacional 1:50 000 (M7810)

Série Cartográfica Nacional 1:100 000 (M684)

Série Cartográfica 1:2 500 000 (SCN2500K)

Modelo Digital de Terreno de 50 metros (MDT50m)

Cobertura integral de Portugal continental de ortofotos digitais com resolução de 50 cm (Ortos_DGRF_2004_06)

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG

Carta de Risco de Incêndio Florestal - 2011 (CRIF 2011)

Rede de Estações Permanentes (ReNEP)

Rede Geodésica Nacional (RGN)

Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP)

Rede Nacional de Gravimetria (RNG)

Rede Maregráfica (RM)

Modelo de Geoide GeodPT08

Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP)

Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG



O iGEO está em linha com o DL 180/2009 no que respeita à partilha de conjuntos e serviços de dados geográficos entre autoridades públicas (art.º 21º)

7. A política de dados de base geográfica nas instituições do CO-SNIG

A DGT está a atuar em 4 frentes:

- 1 - **melhorar** o desempenho do **portal iGEO**;
- 2 - **disponibilizar**, de forma progressiva a **informação geográfica** de que é produtora ou detentora;
- 3 - **incentivar** de forma permanente os restantes organismos da administração pública produtores ou detentores de informação geográfica a disponibilizarem essa informação (iGEO, CO-SNIG, CCC);
- 4 - **promover** no quadro da administração pública e nos órgãos e sedes próprios, a criação de condições e **parcerias** que se revelem necessárias e adequadas à produção e aquisição de informação geográfica a custos muito mais reduzidos

8. Caracterização da política de dados de base geográfica na AP

definição de um roadmap

O exercício de caracterização da política de dados no CO-SNIG e da análise do impacto de uma política de dados aberta são replicados para a administração pública com informação geográfica registada no SNIG ou passível de o ser.

Esta caracterização deve ser acompanhada de uma caracterização do tipo de utilizadores

Na 8ª Reunião do CO-SNIG:

- O iGEO como complemento do portal do SNIG – disponibilização de dados e de serviços sem custos (pelo menos para a AP e academia) através de um acesso fácil e uma interface amigável
- O iGEO passará a ser discutido no CO-SNIG
- O iGEO deve continuar a ser desenvolvido enquanto complemento do SNIG
- Cooperação entre DGT e entidades do CO-SNIG para registo de serviços de dados no iGEO
- SNIG 2020: uma infraestrutura espacial de dados participada (e que dê cumprimento ao DL 180/2009)
- O CO-SNIG passará a ter um papel reforçado na definição/orientação do futuro do SNIG
- Promover a colaboração interinstitucional através do CO-SNIG e das Redes existentes (RPF INSPIRE, RPF CORE, GM, GT T&T)
- Road map PA SNIG 2020 (consulta pública, equipa de redação, Visão SNIG 2020, PA SNIG 2020)
- Aprovação do PA-SNIG em dezembro 2015
- Caracterização da política de dados na AP e análise do impacto de uma política de dados aberta

Próximas reuniões

**Jan
2015**

Análise da implementação do DL 180/2009

Lançamento de uma análise SWOT do SNIG

Metodologia para caracterização da política de dados na Administração Pública

Lançamento do procedimento de monitorização 2015 (GT M&R CO-SNIG)

**Fev
2015**

Análises SWOT das entidades do CO-SNIG

Definição da Equipa de Redação do SNIG 2020

Especificidades do road map (evento, questionários)

?

Reunião pós consulta pública presencial: lançar as bases para a Visão SNIG 2020

**Maio
2015**

Reunião para discussão e aprovação da Visão SNIG 2020

**Dez
2015**

Reunião para discussão e aprovação do Plano de Ação (PA) SNIG 2020

**Mês
6**

Reuniões anuais de monitorização da implementação do PA SNIG 2020

**SNIG
2020**

**Uma infraestrutura espacial
de dados participada**